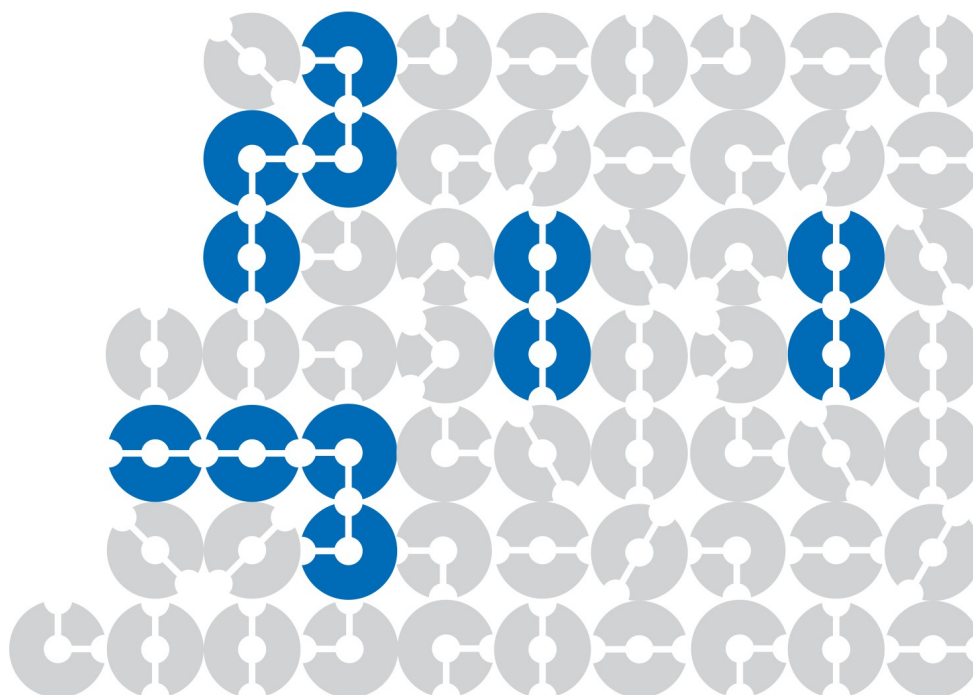




DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de março de 2017

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DO 1º TRIMESTRE DE 2017



Sumário	
Balanco Patrimonial.....	5
Demonstração do Resultado.....	6
Demonstração do Resultado Abrangente.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	8
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
2.1 – Declaração de conformidade com relação às normas brasileiras de contabilidade.....	9
2.2 – Moeda Funcional e de Apresentação.....	9
2.3 – Uso de Estimativas e Julgamentos.....	9
NOTA 3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	9
NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	10
4.1 – Bancos Conta Movimento.....	10
4.2 – Fundo de Aplicação Financeira.....	10
NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA.....	10
NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES	10
6.1 – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).....	10
NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	11
7.1 – IRPJ e CSLL a compensar.....	11
NOTA 8 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL	11
NOTA 9 – DESPESAS ANTECIPADAS.....	11
NOTA 10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS.....	12
NOTA 11 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL.....	12
NOTA 12 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	13
12.1 – Ativo Fiscal Diferido.....	13
12.2 – Passivo Fiscal Diferido.....	13
NOTA 13 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO.....	13
NOTA 14 – IMOBILIZADO.....	13
14.1 – Movimentação do Imobilizado.....	14
14.2 – Movimentação da Depreciação.....	14
NOTA 15 – INTANGÍVEL.....	14
15.1 – Movimentação do Intangível.....	15
15.2 – Movimentação da Amortização.....	15
NOTA 16 – CONSIGNAÇÕES.....	15
NOTA 17 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS.....	16
17.1 – IRPJ e CSLL.....	16
NOTA 18 – FORNECEDORES.....	17
NOTA 19 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS.....	17
19.1 – Obrigações com Pessoal.....	18
NOTA 20 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	18
NOTA 21 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS	18
NOTA 22 – RECEITA DIFERIDA.....	19
NOTA 23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	19
23.1 – Capital Social.....	19
23.2 – Prejuízos Acumulados.....	19
NOTA 24 – RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	19

24.1 – Receita bruta e líquida.....	20
24.2 – Composição dos gastos na DRE.....	20
NOTA 25 – DEMAIS NOTAS EXPLICATIVAS.....	21
NOTA 26 – Plano de Previdência Complementar.....	21
26.1 – Auxílio-alimentação.....	21
26.2 – PAS/SERPRO e PAS-ODONTO/SERPRO.....	21
NOTA 27 – PARTES RELACIONADAS.....	22
27.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes.....	22
NOTA 28 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC.....	22
NOTA 29 – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES.....	22
29.1 – Balanço Patrimonial.....	22
29.1.1 – Ativo Circulante.....	22
29.1.2 – Passivo Circulante.....	22
29.1.3 – Patrimônio Líquido.....	23
29.2 – Demonstração do Resultado do Exercício.....	23
29.2.1 – Receita Bruta.....	23
29.2.2 – Resultado Financeiro.....	23
Anexo I – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis.....	25
Anexo II – Legislação aplicável.....	26
Sumário de Siglas e Abreviaturas.....	27

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais

ATIVO	MARÇO 2017	DEZEMBRO 2016	PASSIVO	MARÇO 2017	DEZEMBRO 2016
CIRCULANTE	615.336,1	621.382,6	CIRCULANTE	728.201,6	805.023,6
Caixa e Equivalentes de Caixa	94.649,2	252.297,8	Consignações	68.117,7	76.626,7
Ativos Financeiros	268,4	262,3	Tributos e Encargos Sociais	103.530,4	94.545,5
Créditos a Receber	515.438,7	364.439,2	Depósitos Diversas Origens	1.238,5	977,5
Créditos a Receber de Clientes	353.018,4	134.725,3			
Créditos Tributários	116.542,6	164.015,5	Obrigações a Pagar	555.315,1	632.873,8
Ressarcimento de Pessoal	44.553,9	64.406,8	Fornecedores	256.383,6	307.999,9
Créditos Diversos a Receber	1.323,8	1.291,5	Pessoal a Pagar e Encargos Trabalhistas	260.074,5	280.238,6
			Plano de Previdência Complementar	38.827,2	44.627,5
Bens e Valores em Circulação	633,6	667,4	Outras Obrigações	29,8	7,8
Despesas Antecipadas	4.346,2	3.715,8			
NÃO CIRCULANTE	3.019.990,5	3.024.657,5	NÃO CIRCULANTE	2.454.396,8	2.430.541,7
Realizável a Longo Prazo	2.431.962,5	2.416.622,8	Fornecedores	10.384,1	1.455,0
Depósitos Judiciais e Recursais	271.682,6	262.342,0	Obrigações Tributárias	85.298,1	91.232,7
Ressarcimento de Pessoal	1.634.793,2	1.636.108,0	Provisões Trabalhistas e Cíveis	1.754.564,2	1.754.564,2
Créditos Tributários	465.015,4	457.701,5	Plano de Previdência Complementar	600.804,0	579.397,3
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	60.366,2	60.366,2	Receita Diferida	2.850,4	3.396,3
Outros Ativos	105,1	105,1	Outras Obrigações	496,1	496,1
Investimento	246,0	246,0	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	452.728,2	410.474,8
Imobilizado	488.512,6	492.621,8	Capital	1.061.004,8	1.061.004,8
Intangível	99.269,3	115.166,9	Reservas de Reavaliação	138.214,2	138.214,2
			Outros Resultados Abrangentes	(479.127,0)	(479.133,2)
			Prejuízos Acumulados	(267.363,8)	(309.611,0)
TOTAL DO ATIVO	3.635.326,7	3.646.040,1	TOTAL DO PASSIVO	3.635.326,7	3.646.040,1

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais

	MARÇO 2017	MARÇO 2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	539.694,3	476.010,0
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(256.114,1)	(261.552,4)
LUCRO BRUTO	283.580,3	214.457,6
DESPESAS OPERACIONAIS (exceto resultado financeiro)	(227.706,8)	(226.640,4)
Despesas com Pessoal e Benefícios	(183.335,7)	(177.541,4)
Depreciação e Amortização	(12.832,4)	(10.435,5)
Locação	(6.569,6)	(10.327,9)
Manutenção	(8.693,9)	(4.639,2)
Serviços de Comunicação	(737,5)	(2.971,2)
Serviços Profissionais e Contratados	(8.774,4)	(8.786,2)
Serviços Públicos	(4.048,1)	(3.866,0)
Resultado com Créditos a Receber	(807,7)	(7.610,1)
Despesas Tributárias Diversas	(723,4)	(892,0)
Materiais	(491,4)	(818,4)
Outras Despesas/Receitas	(18,0)	2.552,8
Resultado com Ações Judiciais	(674,8)	(1.305,4)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	55.873,5	(12.182,8)
RESULTADO FINANCEIRO	8.511,1	(5.502,7)
Despesas Financeiras	(3.890,4)	(8.794,9)
Receitas Financeiras	12.401,5	3.292,2
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	64.384,6	(17.685,5)
TRIBUTOS DIFERIDOS	-	2.064,8
PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	(7.939,7)	
RESULTADO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS	56.444,8	(15.620,7)
RESULTADO ATUARIAL DO EXERCÍCIO – BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	(14.197,6)	-
Receita/Despesa Atuarial – Benefício pós-emprego	(21.511,5)	-
Tributos Diferidos sobre resultado atuarial	7.313,9	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	42.247,2	(15.620,7)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

HISTÓRICO	MARÇO 2017	MARÇO 2016
Resultado líquido do Período	56.444,8	(15.620,7)
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	(14.191,4)	(76,1)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	6,1	(76,1)
Despesa de Benefício pós-emprego	(21.511,5)	-
IR Diferido sobre benefício pós-emprego	5.377,9	-
CSLL Diferido sobre Resultado Atuarial	1.936,0	-
Resultado Abrangente no Período	42.253,4	(15.696,8)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	MARÇO 2017	MARÇO 2016
Atividades Operacionais	(131.558,8)	(19.122,1)
Recebimentos de clientes	344.612,8	292.571,6
Recebimentos de clientes de exercícios anteriores	91.883,3	230.390,3
Ressarcimento de pessoal requisitado	86.862,8	69.923,5
Outros recebimentos	15.600,9	5.662,4
Receita de compensação tributária	68.258,3	61.846,1
Rendimentos de aplicações	1,5	1,5
Tributos e encargos, inclusive compensação tributária	(141.038,8)	(97.636,3)
Pessoal e encargos, inclusive compensação tributária	(486.178,2)	(488.889,3)
Sentenças judiciais	(8.794,1)	(13.585,5)
Pagamentos a fornecedores	(102.767,3)	(79.406,4)
Atividades de Investimento	(26.089,8)	(6.306,5)
Imobilizado/ Intangível	(26.089,8)	(6.306,5)
Redução/Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(157.648,6)	(25.428,6)
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	252.297,8	55.541,1
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	94.649,2	30.112,4

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.061.004,8	138.214,2	(245.138,6)	(149.896,7)	804.183,7
Lucros/Prejuízos Líquido	-	-	(15.620,7)	-	(15.620,7)
Resultado das Atividades Empresariais			(15.620,7)		(15.620,7)
Ajustes Instrumentos Financeiros	-	-	-	(76,1)	(76,1)
Resultado Abrangente Total	-	-	(15.620,7)	(76,1)	(15.696,8)
Saldo em 31 de março de 2016	1.061.004,8	138.214,2	(260.759,3)	(149.972,8)	788.486,9

	Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.061.004,8	138.214,2	(309.611,0)	(479.133,2)	410.474,9
Lucros/Prejuízos Líquido			42.247,2		42.247,2
Resultado das Atividades Empresariais			56.444,8		56.444,8
Despesa de Benefício pós-emprego			(21.511,5)		(21.511,5)
Tributos sobre benefícios pós-emprego			7.313,9		7.313,9
Ajustes Instrumentos Financeiros				6,1	6,1
Resultado Abrangente Total			42.247,2	6,1	42.253,4
Saldo em 31 de março de 2017	1.061.004,8	138.214,2	(267.363,8)	(479.127,0)	452.728,2

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é uma empresa pública independente, com capital social pertencente à União, vinculada ao MF, com personalidade jurídica de direito privado, tendo sido constituída pela Lei nº 4.516/1964, substituída pela Lei nº 5.615/1970, com estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.791/2009. A sede da empresa localiza-se em Brasília-DF.

A empresa está envolvida, prioritariamente, na prestação de soluções digitais para o setor público e a sociedade, que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo.

O principal mercado de atuação da empresa é o de soluções para a gestão das finanças públicas, tendo o Ministério da Fazenda como principal cliente. Outro segmento igualmente importante são as ações estruturadoras e integradoras da Administração Pública Federal, cuja gestão e articulação compete ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Dentre as várias soluções desenvolvidas, destacam-se o SIAFI, SPED, Sistemas Tributários, Passaporte Brasileiro, SIGEPE, SISCOMEX, Sistema de Notificação Eletrônica (DENATRAN) e Gestão de Margem Consignável.

Desde 2016 o portfólio de soluções da empresa está estruturado em três linhas de negócio, compostas por produtos e serviços de interesse do mercado público e privado, e que agregam benefícios para a sociedade e inovação no uso dos dados de governo:

- **Serviços sob Medida:** caracteriza-se por fornecer atendimento personalizado e abriga grande parte dos serviços já prestados para os clientes tradicionais. São soluções tecnológicas desenvolvidas para atender necessidades específicas de cada cliente;
- **Serviços de Informação:** voltada para o mercado público e privado, essa linha oferece serviços de tratamento e disponibilização de informações a partir do cruzamento de dados. Além disso, oferece serviços de governança da informação: aquisição, tratamento, armazenamento, análise, disponibilização e comunicação de informações;
- **Serviços em Nuvem:** direcionada para o mercado público e privado, essa linha de negócio tem como característica produtos padronizados ou com baixo grau de personalização, focados na disponibilização de recursos tecnológicos para comercialização em massa, por canais que propiciem o autosserviço e autogestão, que são características dos serviços em nuvem.

O reposicionamento empresarial e a reestruturação do portfólio de serviços contribuem para ampliar o reconhecimento do Serpro, além da visão consolidada de uma organização responsável por grandes sistemas estratégicos do Estado Brasileiro.

Para atender seus clientes a empresa possui robusta infraestrutura para hospedagem de soluções digitais, e uma rede de comunicações que oferece meios de alta velocidade para interligação de seus clientes e acesso a partir de todo o território

nacional e exterior, atendendo a requisitos de elevada disponibilidade e segurança.

Tais aspectos são fruto do modelo de planejamento estratégico, que foi revisado para suportar as mudanças do direcionamento empresarial e para oferecer indicadores consistentes para monitoramento e avaliação dos resultados. Nesse sentido, a visão da empresa a partir do novo modelo de planejamento é **“ser líder em soluções digitais para governo e sociedade”**, tendo como missão **“conectar governo e sociedade com soluções digitais”**.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 – Declaração de conformidade com relação às normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros constantes do ativo circulante, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido.

2.2 – Moeda Funcional e de Apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa.

2.3 – Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com os pronunciamentos do CPC, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As estimativas e julgamentos contábeis são os mesmos adotados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

NOTA 3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos períodos apresentados nessas demonstrações.

As contas ativas e passivas, que guardam na essência ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante.

A exemplo das estimativas e julgamentos contábeis, as políticas contábeis são as mesmas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis do exercício 2016.

As demonstrações intermediárias evidenciam as informações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis do último exercício social.

ATIVO - CIRCULANTE**NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão assim discriminados:

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
Bancos c/ Movimento	93.460,7	251.138,6
Fundo de Aplicação Financeira *	1.188,4	1.159,3
TOTAL	94.649,2	252.297,8

* Operações com vencimento na data efetiva da aplicação igual ou inferior a 90 dias

4.1 – Bancos Conta Movimento:

São recursos financeiros disponíveis, depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.

4.2 – Fundo de Aplicação Financeira:

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento original igual ou inferior a noventa dias, a partir da data da contratação, aplicadas no Banco do Brasil (FAE), que são lastreadas em títulos públicos (Resolução CMN nº 3.284/2005 alterada pela Resolução nº 4.034/2011 e legislação subsequente).

NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis disponíveis para venda.

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
Incentivos Fiscais FINAM/FINOR	9.864,9	9.864,9
Correção Monetária Lei 8.200/91	28,9	28,9
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.625,3)	(9.631,5)
TOTAL	268,6	262,3

NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes no valor de R\$ 353,1 milhões (R\$ 153,6 milhões em 2016) estão apresentadas no balanço deduzidas da PECLD.

Descrição	A vencer	Vencidas	Total	Em milhares de R\$	
				% de Vencidas	
Clientes - Circulante	222.747,0	149.942,1	372.689,1	36,9%	
PECLD (nota 6.1)	0,00	(19.670,7)	(19.670,7)		
Valor Líquido	222.747,0	130.271,4	353.018,4		

6.1 – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

É estimada com base no processo organizacional de cobrança de débitos de

clientes, de acordo com o risco de não recebimento, avaliado em R\$ 19,6 milhões até março de 2017 (R\$ 18,8 milhões em 2016).

Os valores vencidos há mais de um ano compõem a PECLD em regra. Deles são excluídos aqueles valores que tenham expectativa de recebimento com base no relacionamento com os clientes. Na posição atual, não há nenhuma excepcionalidade que fuja da regra geral.

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
Saldo Inicial	18.895,1	5.676,2
Constituição/Reversão	775,6	13.218,9
TOTAL	19.670,7	18.895,1

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo dos créditos tributários de curto prazo é de R\$ 116,5 milhões (R\$ 164,0 milhões, em 2016), assim distribuídos:

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
IRPJ/CSLL a Compensar	114.417,6	161.890,5
PIS-PASEP/COFINS a Compensar	1.543,7	1.543,7
IRPJ/CSLL a Recuperar (ajuste de exercícios anteriores)	581,3	581,3
Créditos Fiscais Diversos	0,0	0,0
TOTAL	116.542,6	164.015,5

7.1 – IRPJ e CSLL a compensar

A redução do saldo de R\$ 161,9 milhões para R\$ 114,4 milhões refere-se às seguintes movimentações líquidas:

i) retenções na fonte, efetuadas pelos clientes (Leis 9.430/1996 e 10.833/2003). Mensalmente, confrontam-se os valores devidos de IRPJ e CSLL com os valores retidos, não havendo valor a pagar caso a retenção seja superior;

ii) utilização do saldo, constituído em 2016, na compensação de tributos administrados pela RFB.

NOTA 8 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O SERPRO possui 2.589 empregados cedidos a órgãos do Governo, em sua maioria lotados no MF. A empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados, cabendo aos órgãos cessionários o reembolso dessas despesas.

Trata-se de valores a receber, tendo por base as NR enviadas aos órgãos cessionários. Os valores pendentes de recebimento totalizam R\$ 44,5 milhões (R\$ 64,4 milhões em 2016).

NOTA 9 – DESPESAS ANTECIPADAS

Trata-se de serviços de subscrição e suporte técnico de *software* no valor de R\$ 3,2 milhões (R\$ 3,7 milhões em 2016) e R\$ 2,2 milhões de IPTU pagos, que serão apropriados no decorrer do exercício seguinte.

ATIVO – NÃO CIRCULANTE

NOTA 10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

O saldo do grupo é de R\$ 271,7 milhões (R\$ 262,3 milhões em 2016), constituindo-se como garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista.

No caso das ações fiscais, correspondem a depósito pela não entrega das informações à RFB no formato do MANAD, o que resultou em multa de R\$ 6,2 milhões. O SERPRO interpôs recurso administrativo junto à PGFN, de modo que o valor se mantém depositado judicialmente até o julgamento final da ação (Instrução Normativa 787/2007).

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
Depósitos Judiciais	228.879,6	221.198,5
Depósitos Recursais	36.452,4	34.793,0
Ações Fiscais e outras	6.350,6	6.350,6
TOTAL	271.682,6	262.342,0

NOTA 11 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O saldo de R\$ 1,6 bilhão refere-se aos créditos a receber junto a órgãos cessionários, assim compostos:

i) apropriação por competência de férias e licença prêmio (R\$ 36,2 milhões), que são classificados no ativo não circulante até a emissão das NR;

ii) valores históricos de desembolsos com sentenças judiciais do quadro de PSE (R\$ 149,7 milhões), que foram efetuados ao longo do tempo e serão objeto de ressarcimento após trânsito em julgado dos processos;

iii) expectativa de recebimento das provisões trabalhistas relativas a PSE (R\$ 1,4 bilhão). Embora a União, por orientação da AGU, não possa reconhecer contabilmente a responsabilidade sobre essas provisões antes do trânsito em julgado dos processos, a expectativa de recebimento figura no balanço do Serpro.

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
Apropriação por competência (a)	36.023,9	37.338,8
Férias	18.077,0	22.954,8
Licença-prêmio	14.147,9	14.384,0
13º Salário	3.799,0	0,0
Desembolsos com sentenças judiciais (PSE) (b)	149.748,2	149.748,2
Processo nº 2047/1989	120.820,2	120.820,2
Processo nº 2200-85.1993.5.02.0020	23.454,8	23.454,8
Processo nº 0178400-37.1990.503.0015	3.395,3	3.395,3
Processo nº 00232400-92.1991.5.03.0001	2.077,9	2.077,9
Provisões trabalhistas PSE (c)	1.449.021,1	1.449.021,1
TOTAL (a + b + c)	1.634.793,2	1.636.108,0

NOTA 12 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de R\$ 465,1 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 978,2 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 513,1 milhões), relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças intertemporais.

12.1 – Ativo Fiscal Diferido

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
Contingências trabalhistas	596.551,8	596.551,8
Benefícios pós-emprego – cálculo atuarial (PL e Passivo)	204.273,3	196.959,5
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	97.265,2	97.265,2
Licença-Prêmio	32.420,6	32.420,6
Plano de Previdência Complementar	12.450,3	12.450,3
Multas e juros	10.047,2	10.047,2
Provisão para perdas prováveis	3.226,6	3.226,6
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	21.930,3	21.930,3
TOTAL AFD	978.165,3	970.851,5

A variação do ativo fiscal diferido representa o reconhecimento no exercício dos créditos fiscais sobre a apropriação mensal de despesas com benefícios pós-emprego, conforme parecer atuarial que apresentou a posição passiva em 31 de dezembro de 2016 junto à EFPC, bem como a estimativa de despesa para o exercício 2017 (nota 25).

12.2 – Passivo Fiscal Diferido

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
PFD sobre Processo Trabalhista – PSE (nota 11)	492.667,2	492.667,2
PFD sobre Provisão Ativa – LFTSC	20.482,7	20.482,7
TOTAL	513.149,9	513.149,9

NOTA 13 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
Créditos a Receber de Clientes	267.178,8	267.178,8
PECLD	(267.178,8)	(267.178,8)
Créditos a Receber EFPC - LFTSC	60.243,3	60.243,3
Outros Créditos a Receber	122,9	122,9
TOTAL	60.366,2	60.366,2

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil empresarial do bem.

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo em 2016	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido	
			2017	2016
Edifícios	140.711,4	(26.097,2)	114.614,3	114.614,3
Terrenos	67.029,7	0,00	67.029,7	67.029,7
Estudos e projetos	2.546,7	0,00	2.546,7	2.539,1
Obras em andamento	56.083,4	0,00	56.083,4	57.762,4
Instalações	92.549,5	(48.229,3)	44.320,2	44.542,9
Benf. em prop. terceiros	1.435,4	(801,7)	633,7	699,4
Correção IPC/90	19.209,6	(2.531,0)	16.678,7	16.678,7
Bens móveis	836.056,4	(649.450,5)	186.605,9	188.755,3
TOTAL	1.215.622,3	(727.109,6)	488.512,6	492.621,8

14.1 – Movimentação do Imobilizado

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo em 2016	Adições	Conclusão de Obras	Alienações	Baixas	Saldo em 2017
Edifícios	140.711,4	0,0	0,0	0,0	0,0	140.711,4
Terrenos	67.029,7	0,0	0,0	0,0	0,0	67.029,7
Estudos e projetos	2.539,1	7,6	0,0	0,0	0,0	2.546,7
Obras em andamento	57.762,4	106,5	(1.785,4)	0,0	0,0	56.083,4
Instalações	90.833,1	0,0	1.716,4	0,0	0,0	92.549,5
Benfeit. em prop. terceiros	1.366,4	0,0	69,0	0,0	0,0	1.435,4
Correção IPC/90	19.209,6	0,0	0,0	0,0	0,0	19.209,6
Bens móveis	822.639,9	15.103,8	0,0	(1.687,1)	(0,2)	836.056,4
TOTAL	1.202.091,7	15.217,8	0,0	(1.687,1)	(0,2)	1.215.622,3

14.2 – Movimentação da Depreciação

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo em 2016	Depreciação	Alienações	Baixas	Saldo em 2017
Edifícios	(26.097,2)	0,0	0,0	0,0	(26.097,2)
Instalações	(46.290,2)	(1.939,1)	0,0	0,0	(48.229,3)
Benfeit. em Prop. Terceiros	(667,0)	(134,7)	0,0	0,0	(801,7)
Correção IPC/90	(2.531,0)	0,0	0,0	0,0	(2.531,0)
Bens Móveis	(633.884,5)	(17.252,2)	1.686,1	0,2	(649.450,5)
TOTAL	(709.469,9)	(19.326,0)	1.686,1	0,2	(727.109,6)

Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela RFB.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

O saldo atual do intangível corresponde a licenças de *software* e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social. São *software* de terceiros com vida útil definida, mensurados

pele custo de aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se os prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções.

Do total do intangível (R\$ 99,3 milhões), 95,7% concentra-se nas unidades de Brasília e São Paulo, que são os dois principais centros de dados da empresa.

Em milhares de R\$

Regional	Intangível Software	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
			2017	2016
Brasília	276.055,7	(224.556,4)	51.499,3	59.528,3
São Paulo	208.666,1	(165.115,1)	43.551,0	50.362,3
Sede	21.384,2	(20.867,6)	516,5	565,3
Rio de Janeiro	15.279,3	(13.383,7)	1.895,6	2.632,8
Outras	4.820,2	(3.013,3)	1.806,9	2.078,2
TOTAL	526.205,5	(426.936,1)	99.269,3	115.166,9

15.1 – Movimentação do Intangível

Em milhares de R\$

Regional	Saldo em 2016	Adições	Baixas	Saldo em 2017
Brasília	275.808,2	247,5	0,0	276.055,7
São Paulo	208.356,6	309,5	0,0	208.666,1
Sede	21.384,2	0,0	0,0	21.384,2
Rio de Janeiro	15.134,1	145,2	0,0	15.279,3
Outras	4.820,2	0,0	0,0	4.820,2
TOTAL	525.503,3	702,2	0,0	526.205,5

15.2 – Movimentação da Amortização

Em milhares de R\$

Regional	Saldo em 2016	Adições	Baixas	Saldo em 2017
Brasília	(216.279,9)	(8.276,5)	0,0	(224.556,4)
São Paulo	(157.994,3)	(7.120,8)	0,0	(165.115,1)
Sede	(20.818,9)	(48,7)	0,0	(20.867,6)
Rio de Janeiro	(12.501,3)	(882,4)	0,0	(13.383,7)
Outras	(2.742,0)	(271,3)	0,0	(3.013,3)
TOTAL	(410.336,4)	(16.599,7)	0,0	(426.936,1)

PASSIVO - CIRCULANTE

NOTA 16 – CONSIGNAÇÕES

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, empréstimos consignados, planos de previdência e assistência médica, além de tributos retidos de fornecedores, que perfazem R\$ 68,1 milhões (R\$ 76,6 milhões em 2016).

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
Previdência Social	13.764,2	14.317,5
Pensão Alimentícia	17,8	19,3
IRRF	12.450,2	14.298,9
Tributos Federais Retidos	24.966,7	32.696,0
ISS	1.521,3	2.207,3
Plano de Previdência e Assist. Médica	7.897,7	8.300,0
Empréstimos, Retenções e Consignatários	7.499,7	4.787,7
TOTAL	68.117,6	76.626,7

NOTA 17 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

Referem-se às obrigações a serem recolhidas, já deduzidas dos tributos a recuperar.

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
ISS a Recolher	44.483,0	42.404,8
PIS-COFINS	36.720,4	28.262,5
INSS	13.534,2	15.800,6
FGTS	7.891,0	8.059,7
IPTU	872,5	0,0
Outros tributos	29,2	17,9
TOTAL	103.530,4	94.545,5

Entre os exercícios de 2014 e 2016, foram efetuados acordos de parcelamento de débitos tributários, referentes ao ISS-SP e INSS, cujos saldos restantes montam R\$ 91,2 milhões e R\$ 10,9 milhões, respectivamente. Os valores vincendos, classificados no passivo circulante, somam R\$ 27,2 milhões e R\$ 3,5 milhões na mesma ordem.

17.1 – IRPJ e CSLL

Em 2016, em face de prejuízo fiscal (IRPJ) e de base de cálculo negativa (CSLL), não houve valores a pagar referentes a estes tributos.

Em milhares de R\$

Discriminação	2017	2016
Base de cálculo da Contribuição Social:		
Lucro/Prejuízo Contábil antes do IR e Contribuição Social (A)	42.247,2	(162.311,0)
(-) Reversão AFD 2014 (B)	0,0	0,0
Lucro Contábil antes do IR e Contribuição Social Ajustado (C = A – B)	42.247,2	(162.311,0)
(+) Adições (D)	28.731,0	1.824.832,8
(-) Exclusões (E)	(21.913,0)	(1.723.819,8)
Base de Cálculo antes da Compensação de BC Negativa (F = C + D + E)	49.065,2	(61.298,0)

Discriminação	2017	2016
(-) Compensação BC Negativa de CSLL (G)	(14.719,5)	0,0
Base de Cálculo da Contribuição Social (H = F - G)	34.345,5	(61.298,0)
Contribuição Social – Alíquota 9% (I = H x 9%)	3.091,1	0,0
(-) Antecipações (J)	(6.564,4)	(28.158,2)
Saldo a Compensar (K = I + J)	3.473,3	28.158,2
Base de Cálculo do Imposto de Renda:		
Lucro/Prejuízo Contábil depois da CSLL (ajustado) (L = C - I)	39.156,1	(162.311,0)
(+) Adições (M)	32.075,0	1.825.850,2
(-) Exclusões (N)	(21.913,0)	(1.723.819,8)
Lucro/Prejuízo Fiscal antes da Compensação de Prejuízo Fiscal (O = L + M + N)	49.318,1	(60.280,6)
(-) Compensação BC Negativa de PF (P)	(14.795,4)	0,0
Base de Cálculo do IRPJ (Q = O + P)	34.522,7	(60.280,6)
Imposto Devido (U = R + S + T)	8.164,6	0,0
(-) Antecipações (V)	(25.517,5)	(133.469,4)
Saldo a Compensar (W = U + V)	17.352,9	133.469,4

NOTA 18 – FORNECEDORES

Visando regularizar as dívidas vencidas, desde 2015 a empresa vem negociando parcelamento junto a fornecedores. O Serpro tem cumprido suas obrigações financeiras decorrentes desses acordos de parcelamento de dívidas. Entretanto, a situação de caixa não tem permitido honrar tempestivamente a totalidade dos compromissos mensais.

Em milhares de R\$

Descrição	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
A vencer	90.613,6	1.032,9	128.641,5	1.455,0
Vencidas	59.065,7	0,0	135.213,1	0,0
Acordo de Parcelamento	106.704,3	9.351,2	44.145,2	0,0
TOTAL	256.383,6	10.384,1	307.999,9	1.455,0

NOTA 19 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS

Em milhares de R\$

Discriminação	2017	2016
Pessoal a pagar	3.271,2	6.686,6
13º Salário	5.569,3	0,0
APA	24.126,4	21.905,7
Férias (nota 21.1)	131.387,0	154.958,0
Licença prêmio (nota 21.1)	95.720,6	96.688,4
TOTAL	260.074,5	280.238,6

19.1 – Obrigações com Pessoal

Correspondem às apropriações de férias e licença-prêmio. No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de remuneração. A apropriação das despesas ocorre mensalmente (NBC TG 33 (R2)).

No encerramento do exercício de 2016, estimou-se que 4,01% dos empregados gozam o período de licença-prêmio. Este percentual é considerado para a apropriação dos encargos sobre a licença-prêmio, nos casos de conversão em pecúnia, de natureza indenizatória, não havendo incidência de impostos e encargos sociais. O percentual é revisto ao fim de cada exercício.

Em milhares de R\$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	124.533,6	27.459,4	(20.606,0)	131.387,0
Licença – Prêmio	94.767,3	953,3	0,0	95.720,6
13º Salário	22.284,6	5.339,0	(22.054,3)	5.569,3
TOTAL	241.585,5	33.751,7	(42.660,2)	232.676,9

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

NOTA 20 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

O conjunto das obrigações, vincendas após 12 meses, alcança R\$ 85,3 milhões (R\$ 91,2 milhões em 2016), assim constituídas:

i) PIS-PASEP/COFINS (R\$ 13,7 milhões), que se refere às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante;

ii) INSS Patronal (R\$ 7,5 milhões), que resulta da renegociação pelo prazo de 60 meses, restando o saldo de R\$ 10,9 milhões, do qual a quantia de R\$ 3,4 milhões está classificada no circulante;

iii) ISS-SP sobre a receita (R\$ 64,1 milhões), que decorre de parcelamentos pelo prazo de 60 meses, cujo saldo a pagar é de R\$ 91,2 milhões, do qual a quantia de R\$ 27,1 milhões está classificada no circulante.

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
PIS-PASEP/COFINS a Recolher	13.762,4	14.614,2
INSS Renegociado	7.499,8	8.155,6
ISS Renegociado	64.035,7	68.463,0
TOTAL	85.297,9	91.232,7

NOTA 21 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar, fidedignamente, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25(R1)). Em 2017, não houve movimentação da posição de 31 de dezembro 2016.

A apropriação das provisões trabalhistas cumpre a norma contábil (NBC TG 25 (R1)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da empresa.

Salvo evento significativo relativo aos processos judiciais, a atualização da posição ocorre anualmente. Dessa forma, são mantidas as informações de processos possíveis de execução constantes das notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

NOTA 22 – RECEITA DIFERIDA

Trata-se de faturamento de 2014 no valor de R\$ 7,7 milhões, cuja realização da receita se dá de forma concomitante à da despesa de depreciação e amortização de investimentos em *hardware* e *software*, referentes à implantação de serviços. Desde janeiro de 2015, o *hardware* aplicado (R\$ 4,8 milhões) e o *software* (R\$ 2,9 milhões) estão sendo depreciados (48 meses) e amortizados (36 meses), respectivamente, restando um saldo de R\$ 2,4 milhões e R\$ 971 mil na mesma ordem.

NOTA 23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 – Capital Social

No período, não houve variação do saldo do capital social.

Em milhares de R\$

Exercício	Descrição	Saldo
2008	Capital social aprovado no estatuto social DEC nº 6.791/2009	613.618,8
2008	Incorporação de reserva para riscos eventuais de 2007	3.645,7
2009	Incorporação de reserva para riscos eventuais de 2008	90,4
2011	Integralização parcial, conforme aporte MP nº 248-A de 28/12/2010	184.000,0
2012	Integralização parcial, conforme aporte MP nº 248-A de 28/12/2010	66.000,0
2014	Integralização de capital, conforme aporte Lei nº 12.942/2013	193.650,0
2015	Capital Social	1.061.004,8

23.2 – Prejuízos Acumulados

Até março de 2017, o saldo de prejuízos acumulados foi impactado pelo resultado do exercício.

Em milhares de R\$

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(309.611,0)
Resultado das atividades empresariais	56.444,7
Resultado atuarial do exercício (líquido de tributos)	(14.197,5)
Saldo em 31 de março de 2017	(267.363,8)

NOTA 24 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

Até março de 2017, houve lucro decorrente das atividades empresariais de R\$ 56,4 milhões (R\$ 15,6 milhões de prejuízo no mesmo período de 2016). Após o reconhecimento de despesas decorrentes de estudo atuarial (R\$ 21,5 milhões) e

abatendo-se os consequentes tributos diferidos (R\$ 7,3 milhões), o lucro líquido apurado foi de R\$ 42,2 milhões.

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
Receita operacional Líquida	539.694,3	476.010,0
Custo dos serviços prestados	(256.114,1)	(261.552,4)
Despesas operacionais e resultado financeiro	(219.195,7)	(232.143,1)
Créditos tributários diferidos	0,0	2.064,8
Provisão para IRPJ e CSLL	(7.939,7)	0,0
Resultado Líquido das atividades empresariais	56.444,8	(15.620,7)
Despesa atuarial do exercício – benefício pós-emprego	(21.511,5)	0,0
Tributos diferidos sobre receita atuarial	7.313,8	0,0
Resultado Líquido do Exercício	42.247,2	(15.620,7)

24.1 – Receita bruta e líquida

Até março de 2017, a receita bruta alcançou R\$ 657,4 milhões, dos quais 84% referem-se a serviços de processamento de dados. Deduzindo-se tributos, descontos e vendas canceladas, a receita líquida é de R\$ 539,7 milhões.

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
Receita bruta	657.395,0	578.237,6
(-) ISS	(32.166,3)	(28.253,6)
(-) PIS-PASEP	(9.872,8)	(8.487,6)
(-) COFINS	(45.480,8)	(39.100,9)
(-) INSS Patronal	(29.532,0)	(25.980,4)
(-) ICMS	(45,2)	(31,8)
(-) Descontos concedidos	(581,6)	(350,4)
(-) Vendas canceladas	(21,8)	(23,0)
Receita Operacional Líquida	539.694,3	476.010,0

24.2 – Composição dos gastos na DRE

São distribuídos entre custo do serviço prestado (CSP) e despesas operacionais.

Em milhares de R\$

Descrição	2017			2016		
	CSP	Despesas	Total	CSP	Despesas	Total
Desp. Pessoal	(195.273,2)	(183.335,7)	(331.017,6)	(187.569,6)	(177.541,4)	(316.985,9)
Deprec./Amort.	(23.093,4)	(12.832,4)	(35.925,8)	(23.581,07)	(10.435,5)	(34.016,6)
Locação	(9.704,1)	(6.569,6)	(16.273,7)	(7.927,57)	(10.327,9)	(18.255,5)
Manutenção	(11.974,3)	(8.693,9)	(20.668,2)	(16.660,52)	(4.639,2)	(21.299,7)

Descrição	2017			2016		
Comunicação	(12.441,9)	(737,5)	(13.179,4)	(18.380,13)	(2.971,2)	(21.351,3)
Serv. Profissionais	(3.871,8)	(8.774,4)	(12.646,2)	(7.501,19)	(8.786,2)	(16.287,4)
Serviços Públicos	(3.002,3)	(4.048,1)	(7.050,4)	(3.669,65)	(3.866,0)	(7.535,7)
Créditos a Receber	0,0	(807,7)	(807,7)	0,0	(7.610,1)	(7.610,1)
Créditos Tributários	3.566,5	0,0	3.566,5	4.018,3	0,0	4.018,3
Disp. Tributárias	(0,0)	(723,4)	(723,4)	(0,0)	(892,0)	(892,0)
Materiais	(0,3)	(491,4)	(491,7)	(6,17)	(818,4)	(824,6)
Outras Desp/Rec	(319,2)	(18,0)	(337,2)	(274,79)	2.552,8	2.278,0
Judiciais	0,0	(674,8)	(674,8)	0,0	(1.305,4)	(1.305,4)
TOTAL	(256.114,1)	(227.706,8)	(483.820,9)	(261.552,4)	(226.640,4)	(488.192,8)

NOTA 25 – DEMAIS NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 26 – Plano de Previdência Complementar

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são geridos pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e de personalidade jurídica de direito privado.

Em 2016, o SERPRO contratou uma consultoria para a emissão de um parecer atuarial (Resolução CFC nº 1.425/13 e NBC TG 33 (R2)), cujas conclusões demonstraram um saldo de passivo de R\$ 579,3 milhões, além de estimar uma despesa de R\$ 86,0 milhões para o exercício 2017, distribuídos mensalmente. Dessa forma, até março de 2017, houve reconhecimento de R\$ 21,5 milhões.

26.1 – Auxílio-alimentação

É concedido mensalmente aos empregados e dirigentes. Encontra-se vigente o ACT 2016/2017, cujo benefício foi fixado em R\$ 874,04 (R\$ 799,82 no período 2015/2016).

26.2 – PAS/SERPRO e PAS-ODONTO/SERPRO

O Plano de Assistência à Saúde do SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de autogestão, oferecido exclusivamente aos colaboradores e ex empregados do SERPRO, além de dependentes e agregados por eles designados. O PAS-ODONTO/SERPRO é oferecido aos empregados e familiares, garantindo o atendimento aos empregados ativos e a seus dependentes cadastrados.

NOTA 27 – PARTES RELACIONADAS

27.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes

A política salarial do SERPRO contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R\$ 1.498,15 e R\$ 32.311,40, considerando-se o adicional de transferência. A média salarial para esses cargos é de R\$ 8.121,64.

Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 4.477,77 e R\$ 35.349,49, com média de R\$ 15.509,48. Nos casos de cargos diretos, a remuneração maior foi de R\$ 37.683,86, sendo a menor de R\$ 33.161,80 e a média de R\$ 33.915,48 (Resolução CGPAR nº 3).

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações (RVA), assim como outros benefícios de longo prazo e pós-emprego a seus dirigentes, que não sejam empregados.

NOTA 28 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A empresa apresenta a DFC pelo método direto (NBC TG 03(R3)).

NOTA 29 – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES

29.1 – Balanço Patrimonial

29.1.1 – Ativo Circulante

As principais variações são as seguintes:

i) redução de R\$ 157,6 milhões do saldo de caixa e equivalentes de caixa. Em dezembro de 2016, houve recebimentos acima da média mensal, o que contribuiu para a redução desta conta no fechamento deste trimestre;

ii) aumento dos créditos a receber de clientes (R\$ 218,3 milhões), que é inversamente proporcional aos recebimentos;

iii) variação negativa dos créditos tributários (R\$ 47,5 milhões), devido às diferenças temporárias entre base contábil e fiscal;

iv) redução dos ressarcimentos de pessoal – PSE (R\$ 20 milhões), face o recebimento de NR emitidas em dezembro (valor maior que a média mensal) ocorreu em janeiro e parte ao programa de incentivo à aposentadoria findo em fevereiro de 2017, no qual parte dos empregados do quadro externo aderiram.

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016	Varição	%
Caixa e equivalentes	94.649,2	252.297,8	(157.648,6)	(62)
Créditos a Receber de Clientes	353.018,4	134.725,3	218.293,1	(162)
Créditos Tributários	116.542,6	164.015,5	(47.472,9)	(29)
Ressarcimento de Pessoal	44.553,9	64.406,8	(19.852,9)	(31)

29.1.2 – Passivo Circulante

A variação deste grupo se deve, principalmente, à redução das seguintes

rubricas: i) fornecedores, via realização de acordos de parcelamento; ii) pessoal a pagar, devido a redução da provisão de férias e das obrigações com o plano de previdência complementar.

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016	Variação	%
Fornecedores	256.383,6	307.999,9	(51.616,3)	(17)
Pessoal e encargos trabalhistas	260.074,5	280.238,6	(20.164,1)	(7)

29.1.3 – Patrimônio Líquido

A variação do grupo deveu-se à redução de prejuízos acumulados, refletindo o lucro líquido do exercício (R\$ 42,2 milhões).

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016	Variação	%
Lucros/Prejuízos Acumulados	(267.363,8)	(309.611,0)	42.247,2	(14)

29.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

29.2.1 – Receita Bruta

A expansão anual foi de 13,69%, sobretudo observada nos serviços de processamento de dados (R\$ 88,9 milhões).

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016	Variação	%
Receita Bruta	657.395,0	578.237,5	79.157,4	14
Processamento de Dados	561.804,4	472.874,8	88.929,6	19
Suporte e Assistência Técnica	44.876,4	39.855,7	5.020,7	13
Desenvolvimento de Software	44.806,6	59.110,1	(14.303,5)	(24)
Demais Serviços	5.907,5	6.396,7	(489,2)	(8)

29.2.2 – Resultado Financeiro

Alcançou o resultado positivo de R\$ 8,5 milhões (resultado negativo de R\$ 5,5 milhões em 2016), que decorreu da diferença entre as receitas financeiras (R\$ 12,4 milhões) e as despesas financeiras (R\$ 3,2 milhões).

Do lado das receitas, destacam-se juros sobre faturas pagas em atraso por clientes (R\$ 6,6 milhões), os juros sobre créditos tributários (R\$ 4,2 milhões) utilizados na compensação de tributos federais no exercício e os descontos obtidos em acordo de dívidas com fornecedores (R\$ 1,5 milhão).

Dentre as despesas financeiras, destacam-se os juros e multas incidentes sobre tributos em atraso (R\$ 3,2 milhões), principalmente INSS patronal e ISS/SP, além dos encargos de inadimplemento junto ao SERPROS no valor de R\$ 376 mil.

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
Tributos/Encargos	3.328,5	4.632,16
SERPROS	376,8	3.641,3

Descrição	2017	2016
FGTS	149,7	377,5
Descontos	0,0	60,9
Energia	7,5	38,8
Circuitos	5,1	25,6
Saúde/Cassi	2,5	15,9
Diversos	20,4	2,9
TOTAL	3.890,4	8.795,1

Maria da Glória Guimarães dos Santos
Diretora-Presidente

André de Cesero
Diretor

Antônio de Pádua Ferreira Passos
Diretor

Izabel Cristina da Costa Freitas
Diretora

Antônio Luiz Fuschino
Diretor

Iran Martins Porto Junior
Diretor

Ana Maria Mallmann Costi
Contadora CRC – DF 8.894/0-6

Anexo I – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis

<u>Norma</u>	<u>Assunto</u>	<u>CPC</u>	<u>IASB</u>
NBC TG 26(R3)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	CPC 26 R1	IAS 1
NBC TG 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	CPC 13	
ITG 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos	CPC 10	
NBC TG 27 (R3)	Ativo Imobilizado	CPC 27	IAS 16
NBC TG 30	Receitas	CPC 30 R1	IAS 18
NBC TG 09	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	CPC 09	
NBC TG 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23	IAS 8
NBC TG 24	Evento Subsequente	CPC 24	IAS 10
NBC TG 25(R1)	Provisões , Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25	IAS 37
NBC TG 01(R2)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01	IAS 36
NBC TG 33(R2)	Benefícios a Empregados	CPC 33 R1	IFRS19
NBC TG 32(R2)	Tributos sobre o Lucro	CPC 32	IAS 12
NBC TG 03(R3)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03 R2	IAS 7
NBC TG 37(R4)	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	CPC 37 R1	IFRS 1

Anexo II – Legislação aplicável

LEI Nº	Data	Assunto
Decreto 101/1991	17/04/1991	Regulamenta a Lei nº 8.167/91, que altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais e condições operacionais dos fundos de investimentos regionais.
Decreto 6.976/2009	07/10/2009	Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.
Instrução Normativa 787/2007	20/11/2007	Institui a Escrituração Contábil Digital.
Lei Complementar 109/2001	29/05/2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar.
Lei Complementar 116/2003	31/07/2003	Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
RIR 99/ Decreto 3.000	26/03/1999	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.
Lei 4.516/1964	01/12/1964	Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.
Lei 5.615/1970	13/10/1970	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e dá outras providências.
Lei 6.404/1976	15/12/1976	Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
Lei 8.020/1990	12/04/1990	Dispõe sobre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei 8.666/1993	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei 9.245/1995	26/12/1995	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo.
Lei 9.430/1996	27/12/1996	Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta.
Lei 9.636/1998	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei 10.406/2002	10/01/2002	Institui o Código Civil.
Lei 10.833/2003	29/12/2003	Altera a Legislação Tributária Federal.
Lei 11.638/2007	28/12/2007	Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
Lei 11.941/2009	27/05/2009	Entre outros, institui regime tributário de transição, alterando a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Lei 12.942/2013	27/12/2013	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.
Lei 12.973/2014	13/05/2014	Revoga o Regime Tributário de Transição e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil.
Portaria MF 184/2008	25/08/2008	Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Sumário de Siglas e Abreviaturas

ACT – Acordo Coletivo de Trabalho	ITG – Interpretação Técnica Geral
AFD – Ativo Fiscal Diferido	LFTSC – Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina
AGU – Advocacia-Geral da União	MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais
APA – Ações de Preparação para a Aposentadoria	MF – Ministério da Fazenda
BACEN – Banco Central do Brasil	MP – Ministério do Planejamento
BD – Benefício definido	MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
BRGAAP – Normas de Contabilidade Geralmente Aceitas no Brasil	MPT – Ministério Público do Trabalho
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
CASSI – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	NR – Nota de Ressarcimento
CD – Contribuição definida	ORA – Outros Resultados Abrangentes
CFC – Conselho Federal de Contabilidade	PAS-ODONTO/SERPRO – Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO
CGPAR – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societária da União	PAS/SERPRO – Programa de assistência à saúde dos empregados do SERPRO
CGU – Controladoria Geral da União	PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
CMN – Conselho Monetário Nacional	PECLD – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	PFD – Passivo Fiscal Diferido
COJUR – Consultoria Jurídica	PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis	PIS – Programa Integração Social
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	PLR – Participação nos Lucros e Resultados
CSP – Determinação do custo dos serviços prestados	PS-I – Plano SERPRO I
CVM – Comissão de Valores Mobiliários	PS-II – Plano SERPRO II
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa	PSE – Pessoal Serviço Externo
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício	Receitanet – Declaração do Imposto de Renda via Internet
DVA – Demonstração do valor adicionado	RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil
EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar	RVA – Remuneração Variável Baseada em Ações
FAE – Fundo de aplicação extramercado comum	SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia	SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste	SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica	SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços	SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
IEA – Indenização especial de morte por acidente	STF – Supremo Tribunal Federal
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor	STN – Secretaria do Tesouro Nacional
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	TI – Tecnologia da Informação
IPA – Invalidez permanente total ou parcial por acidente	TR – Taxa Referencial
IPC – Índice de Preços ao Consumidor	TST – Tribunal Superior do Trabalho
IRPJ – Imposto Renda Pessoa Jurídica	VT/SP – Vara do Trabalho de São Paulo
ISS – Imposto sobre Serviços	